

Enigmas e mitos da industrialização soviética (III)

Valentine Katassonov

IX

A industrialização soviética como «projecto geopolítico do Ocidente»

No nosso país surgiu uma tropa inteira de autores que vêem a industrialização exclusivamente através do prisma da geopolítica ou da conspiração.

Tornou-se muito popular a versão segundo a qual o projecto de «*industrialização socialista*» foi concebido não pelos bolcheviques, não por Stáline, mas pela elite financeira mundial. A mesma que à época teria preparado e concretizado o projecto de «*revolução socialista na Rússia*». Mas uma coisa é pagar alguns milhões de marcos, dólares, libras esterlinas ou francos suíços a conspiradores, agentes clandestinos e rebeldes para fazer o que hoje se designa de «*revoluções laranja*». Outra, completamente diferente é destinar vários milhares de milhões de dólares de então (hoje seriam centenas de milhares de milhões) para a industrialização. Os números diferem em várias ordens.

A elite financeira começou a preparação da II Guerra Mundial logo nos anos 20 (não vamos abordar agora os fins de tal projecto). Existem como efeito muitas provas irrefutáveis de que foi precisamente com esse objectivo que a oligarquia financeira do Ocidente (anglo-saxónica) conduziu Adolf Hitler ao poder na Alemanha e depois prestou todo o tipo de assistência para a aceleração do desenvolvimento económico e militarização do III Reich, subvertendo totalmente as condições do Tratado de Paz de Paris.

Deste modo os autores da referida versão afirmam que a ajuda a Hitler e à Alemanha por parte da oligarquia financeira seria apenas metade do seu projecto geopolítico. A outra metade era a ajuda a Stáline e à União Soviética. Afirmam que que o objetivo de tudo isto seria pôr frente a frente a Alemanha e a Rússia na II Guerra Mundial. Não vou alongar-me em discussões geopolíticas. Todas as versões geopolíticas são aliantes, mas o mais frequente é que nenhuma delas se pode demonstrar ou refutar até ao fim.

Vou debruçar-se apenas sobre o aspecto económico e financeiro da questão. Com efeito dispomos de inumeráveis factos irrefutáveis que comprovam a ajuda

financeira do Ocidente à Alemanha ainda nos anos 20. Essa ajuda era prestada através de investimentos, bem como de créditos e empréstimos e mesmo por via da diminuição e suspensão temporária do pagamento das reparações de guerra, estabelecidas no Tratado de Paz de Paris. Em particular podemos recordar o plano Dawes, aprovado em 1924 pelos norte-americanos, que levou Stáline a formular pela primeira vez, no XIV Congresso do partido em 1925, o *slogan* da industrialização socialista, como atrás já dissemos.

Em sentido estrito, o Ocidente não prestou ajuda graciosa a Hitler. O Ocidente não tem o hábito de prestar ajuda graciosa a ninguém. No que toca à participação do capital anglo-saxónico na recuperação económica da Alemanha, existem muitos livros interessantes, por exemplo, *Wall Street and the Rise of Hitler*, do investigador norte-americano, Antony Sutton. Mas não podemos encontrar um só facto que prove que uma tal ajuda financeira directa foi prestada a Stáline e à União Soviética.

Os adeptos da versão «*conspirativa*» citam com frequência a declaração de Louis McFadden, membro da Câmara Baixa do Congresso e presidente do Comité para a Banca e Divisas nos anos 20 até ao início da Grande Depressão. Eis as suas palavras:

«Os banqueiros internacionais tiveram uma influência fatídica no rumo histórico da Rússia (...) com a ajuda da direcção da Reserva Federal (...) através do Chase Bank, o governo soviético recebeu recursos do erário dos EUA. A Inglaterra também recebeu dinheiro nosso através da Reserva Federal e depois emprestou-o ao governo soviético mediante um alto juro (...) a construção histórica da Central Hidroeléctrica de Dniepr foi financiada com dinheiro retirado ilegalmente do erário dos EUA por banqueiros corruptos e desonestos da Reserva Federal.»

Longe de provar que os EUA financiaram a URSS, esta declaração testemunha outra coisa, nomeadamente que já nesses anos longínquos os banqueiros de Wall Street metiam a mão no erário do Estado para emprestar dinheiro em troca de juros elevados. Todos nos recordamos da recente crise financeira quando os bancos dos EUA receberam dos cofres federais cerca de um bilião de dólares¹, através do Plano Paulson [ou *Troubled Asset Relief Program (TARP)*] e outros canais, para escaparem à bancarrota. Esta foi uma manifestação clara do «*socialismo bancário*» nos EUA. A enorme encomenda que foi feita à companhia norte-americana *Arthur Kahn*, para a construção de 500 empresas na URSS, foi efectivamente financiada por bancos norte-americanos. Mas a União Soviética teve de pagar esse crédito acrescido de juros.

A versão «Lev Trótski em troca da industrialização»

Ao mesmo tempo, literalmente a partir do nada, criam-se versões segundo as quais a industrialização da URSS foi realizada por iniciativa e com a participação financeira dos EUA, ou ainda que a industrialização resultou de um negócio entre a

¹ Por bilião entenda-se um milhão de milhões (1 000 000 000 000), quase seis vezes o PIB de Portugal (*N. Ed.*)

oligarquia financeira dos EUA e Stáline. Vejamos por exemplo a versão totalmente fantasiosa de A.B. Martirossian:

«A URSS não dispunha dos meios adequados para tais aquisições gigantescas [máquinas e equipamentos – V.K.]. Nenhuma forma de extracção de recursos do campo, que muitos evocam apesar de tal nunca ter existido com um fim em si, nenhum apertar de cinto, que muitos repetem, nem quaisquer medidas desse tipo, incluindo a venda de obras artísticas, que é frequentemente exagerada na literatura, poderiam garantir importações desta escala. Para que metade das exportações mundiais de máquinas e equipamentos viesse para a URSS, eram necessários, sublinho, recursos hipercolossais, os quais a URSS não dispunha. Mas apareceram em resultado da engenhosa conversão do «diabo da revolução», que era completamente inútil a Stáline, em investimentos norte-americanos. Ora aqui temos uma razão para reconhecer que “o marxismo não é um dogma, mas um guia para a acção”!»

Recordo que A.B. Martirossian designa Lev Trótski por «diabo da revolução». Trótski foi expulso da URSS no início de 1929. Não excludo que Stáline pensasse em retirar alguns dividendos políticos da expulsão de Trótski, por exemplo, um abrandamento do bloqueio por parte do Ocidente. Mas a versão de que Stáline conseguiu «vender» «o diabo da revolução» ao Ocidente por alguns milhares de milhões de dólares ultrapassa os limites da fantasia humana. Para tornar esta versão um pouco mais verosímil, Martirossian reforça-a com mais um argumento. Passo a citar:

«O negócio foi mutuamente vantajoso. Em troca de investimentos, Stáline garantiu às correspondentes estruturas norte-americanas não só que Trótski sairia em segurança da URSS, mas sobretudo que não seria submetido a julgamento em tribunal. Julgamento no decorrer do qual seriam publicamente demonstradas todas as tramóias do “diabo” com o capital norte-americano durante a chamada revolução russa, com todas as consequências extremamente negativas daí resultantes para os EUA. Simplificando, foi feita uma chantagem bastante subtil ao capital norte-americano (e ocidental em geral) na seguinte base: nós sabemos que roubastes descaradamente a Rússia durante a chamada revolução. Sabemos com que meios a economia norte-americana se desenvolveu impetuosamente depois da I Guerra Mundial.»

Bem urdido, mas a argumentação não resiste à crítica. Suponhamos até que «o diabo da revolução» sabia muito e sobre muitos. Suponhamos que o capital mundial tinha um medo terrível de algumas revelações. Então, nesse caso, Stáline deveria guardar Trótski atrás das grades, para manter o Ocidente aterrorizado e ter à sua mercê os burgueses norte-americanos e europeus. Há um proverbio oriental que diz que «o serviço prestado tem pouco valor». Quanto ao facto de que esses burgueses roubaram descaradamente a Rússia durante a revolução, tal já era do conhecimento geral. Tanto mais que na Conferencia de Génova de 1922, a nossa delegação apresentou a esses mesmos burgueses uma factura discriminada dos roubos cometidos, num montante da ordem das dezenas de milhões de rublos/ouro.

Mais à frente o autor desta versão precisa: «Por um lado, Stáline negociou realmente o destino do «diabo» com os banqueiros norte-americanos (...), mas por outro propôs-lhes que investissem os seus capitais para os proteger da planeada crise económica mundial». Aliás, este autor atribui a Stáline a capacidade de ter

escolhido o momento mais propício para iniciar a industrialização. Precisamente o momento em que nos EUA deflagrou a crise económica, o que alegadamente tornou os banqueiros e industriais norte-americanos mais maleáveis, obrigando-os a participarem activamente na industrialização socialista. Nem sequer vale a pena comentar a afirmação de Martirossian de que Stáline não só sabia quando a crise eclodiria nos EUA, mas teria sido ele a organizá-la. Stáline efectivamente era um político experiente e talentoso, mas não se lhe pode atribuir quaisquer capacidades sobre-humanas.

X

Quem forneceu as máquinas e equipamentos à URSS?

A estatística oficial do comércio externo da URSS permite-nos estimar o peso de diferentes países no processo de industrialização (ver quadro VII). Como se constata, durante os anos da industrialização, os principais fornecedores de mercadorias (sobretudo bens de investimento) foram a Alemanha e os EUA, seguidos ao longe pela Grã-Bretanha e pela França.

Quadro 7. Comércio da URSS Com alguns países capitalistas
(milhões de rublos, cotação 1950)

Período	Alemanha	Grã-Bretanha	França	EUA
1913	2 276,2	603	198,6	275,6
1920	22,3	21	0,3	3,4
1923/24	157,6	170,6	8,1	3,4
1922/25	357,8	385,8	32,1	703,4
1925/26	613,7	451,5	67,3	425,7
1926/27	563,2	352,3	77,4	508,4
1927/28	866,1	165,6	124,9	654,4
1928 (Out./Dez.)	169,3	23,4	21,2	103,7
1929	678,4	190,8	110,4	617,6
1930	874,2	279,3	103,5	912,4
1931	431,1	255,7	52,3	801,3
1932	142,1	320,4	15,1	110,4
1933	515,9	106,6	18,3	57,8
1934	100,2	109,2	40,5	62,3
1935	75,6	78,5	61,2	102,8
1936	245,4	76,7	33,2	166,3
1937	151,3	47,6	20,9	185,6
1938	50,7	131,7	27,3	308,4
1939	42,3	85,1	11,1	229
1940	316,3	10	0,6	338,4
Total entre 1929-1940	3 623,7	1 691,6	494,4	3 901,3

Fonte: *Comércio Externo da URSS 1918-1940* (resenha estatística) Bnechtorizdat, Moscovo, 1960.

Nos anos 20, a Alemanha era o nosso primeiro parceiro comercial (ver quadro VII). Não há nisto nada de surpreendente uma vez que logo em 1922, em Rapallo, os nossos países alcançaram acordos que puseram fim ao isolamento da URSS e aliviaram a pressão sobre a Alemanha por força das severas exigências do Tratado de Paz de Paris de 1919.

Em 1930-31, os EUA tornam-se o primeiro exportador para a URSS, ultrapassando a Alemanha. Isto apesar do facto de entre os EUA e a URSS não existirem relações diplomáticas. Nas relações económicas-comerciais soviético-norte-americanas, entre o final dos anos 20 e o início dos anos 30, permanecem até hoje muitos aspectos não esclarecidos. Naturalmente que o desenvolvimento destas relações se deveu em grande parte à empresa *offshore* soviética *Amtorg*, que estabeleceu ligações comerciais com os bancos e companhias norte-americanos. Os representantes soviéticos mantinham relações de trabalho bastante estreitas com os círculos empresariais norte-americanos, não obstante as declarações de Washington, por vezes muito agressivas, contra Moscovo. Assim, no início de 1929 (por coincidência na altura em que Trótski foi expulso da URSS), um grupo de cinco altos representantes da URSS esteve nos EUA. Apenas sabemos com exactidão que M. Lítvinov, vice-comissário do povo dos Negócios Estrangeiros, integrou esse grupo. O referido quinteto manteve conversações à porta fechada com banqueiros norte-americanos. Logo em Abril de 1929, com a colaboração do presidente da *Amtorg*, Saul Bron, foi possível firmar um contrato para o projecto e construção da Fábrica de Tractores de Stalingrado com a empresa norte-americana *Albert Kahn Inc.*, que pertencia ao conhecido arquitecto homónimo. Em Fevereiro de 1930, a *Amtorg* e a firma *Abert Kahn Inc.* assinaram um contrato segundo o qual a última desempenharia funções de consultora principal do governo soviético em matéria de construções industriais e receberia um pacote de encomendas de construção de empresas industriais no valor de dois mil milhões de dólares. Esta empresa veio a ser responsável pela construção de 500 objectos industriais na URSS.

Grandes empresas como a Central Hidroeléctrica de Dniepr, a Fábrica de Tractores de Stalingrado e outras, o combinado metalúrgico de Magnitogorsk, a Fábrica de Automóveis de Níjni Novgorod (cidade que mais tarde recebeu o nome de Górkki) tiveram origem e características norte-americanas. As companhias norte-americanas *General Electric*, *Radio Corporation of America*, *Ford Motor Company*, *International Harvester* e *Dupont de Nemours* tornaram-se os parceiros estrangeiros mais importantes da URSS.

Mas estas e muitas outras empresas norte-americanas participaram não como investidores mas como empreiteiros, consultores e fornecedores de equipamentos. Os negócios que faziam eram pagos pela União Soviética. Não excludo aqui a hipótese de Washington poder estar interessado no reforço da União Soviética, no âmbito dos seus projectos geopolíticos.

Sobre a política internacional e as correcções à industrialização

Todavia, do que se tratava era de dinheiro e não de geopolítica. O máximo que Washington pôde fazer oficialmente foi abrandar as severas restrições à actividade das empresas norte-americanas na URSS. Recordamos que as relações diplomáticas com a URSS foram estabelecidas apenas em 1933. As empresas norte-americanas

começaram então a ser financiadas para exportarem mercadorias para a URSS através da linha de crédito do Banco de Exportações-Importações. Mas inesperadamente o Congresso aprovou uma lei proibindo o financiamento a países que não tinham pago compromissos antigos com os EUA, situação em que se incluía a URSS (alguns investigadores consideram que essa lei foi dirigida desde o início contra a União Soviética). Como já assinalamos atrás, depois do estabelecimento de relações diplomáticas, Stáline esperava que a URSS poderia receber dos EUA um crédito de mil milhões de dólares. No entanto, estas esperanças não se concretizaram.

Entre 1932 e 1936 observa-se uma queda nos fornecimentos de mercadorias provenientes dos EUA. A Alemanha torna-se o primeiro parceiro comercial da União Soviética. Na nossa literatura encontramos as mais diferentes explicações dessa queda. Uns afirmam que tal se deveu à chegada de Franklin Roosevelt à Casa Branca, decidido a concentrar-se nos problemas internos dos EUA. Outros referem o reforço da ala anti-soviética no *establishment* norte-americano, que procurou mais uma vez asfixiar a União Soviética. Outros ainda acreditam que tal se deveu ao receio de que a URSS não fosse capaz de ressarcir as empresas norte-americanas da enorme dívida contraída no período anterior (1929-1931), etc.

Entretanto, na segunda metade dos anos 30, os EUA voltaram a ultrapassar a Alemanha. Entre 1935 e 1940, as exportações norte-americanas para a URSS elevaram-se a 1,33 mil milhões de rublos, enquanto as alemãs se ficaram pelos 881,6 milhões de rublos. Isto está relacionado com a ascensão (condução) ao poder de Adolf Hitler. Gradualmente começou a aumentar a tensão nas relações sovieto-germânicas. Alguns investigadores chamam a atenção para o papel particular do então comissário do povo dos Negócios Estrangeiros, M. Lítvinov, que procurou de várias maneiras entravar as relações entre os dois países.²

Aliás, depois de Lítvinov ter sido afastado do cargo de comissário do povo dos Negócios Estrangeiros, em 1939, (foi substituído por V. Mólotov), logo em Agosto desse ano foi firmado um acordo económico e comercial com a Alemanha, que se tornou novamente no primeiro fornecedor de máquinas e equipamentos da URSS. Tanto mais que estes fornecimentos estavam cobertos por um crédito, no montante de 200 milhões de marcos, concedido, com já referimos, por um prazo cinco anos. Com a vantagem de se destinar exclusivamente a fornecimentos de bens de investimento.

Como se lê no segundo ponto do acordo de financiamento, de 19 de Agosto de 1939, «*são objecto de encomendas suplementares [suplementares em relação às realizadas antes daquela data (VK)] exclusivamente os fornecimentos para fins de investimento, isto é, principalmente:*

- Equipamento para fábricas e empresas;
- Instalações, equipamentos;
- Máquinas e máquinas-ferramentas de todo o tipo;
- Construção de aparelhos;
- Equipamento para a indústria petrolífera;
- Equipamento para a indústria química;

² Este assunto é tratado em pormenor no livro de S. Kremlov, *A Rússia e a Alemanha: O Caminho para o Pacto*, Moscovo, ACT, Astrel, VZOI, 2004.

- *Material para a indústria electrotécnica;*
- *Navios, meios de locomoção e transporte;*
- *Instrumentos de precisão;*
- *Equipamento de laboratório».*

A lista dos bens de investimento, incluída no acordo de financiamento, mostra que em 1939 a URSS já estava num novo nível de industrialização, em que a atenção principal era dada, não à metalurgia ou energia, mas à construção de máquinas, à electrotecnia, à produção de aparelhos complexos. Muitas máquinas e aparelhos que a URSS comprava à Alemanha eram artigos com «*dupla utilização*», ou seja, podiam ser empregados, e eram, na produção de armamento, munições e equipamento militar. Os alemães suspeitavam disto, mas mantiveram os fornecimentos à URSS. Este é um dos paradoxos e enigmas mais importantes da industrialização soviética.

Sobre alguns comentários e versões dos leitores

A ler os comentários na Internet sobre as partes anteriores deste artigo, vejo que muitos leitores acreditam realmente que os EUA financiaram a fundo perdido as importações soviéticas de máquinas e equipamentos. É uma versão totalmente fantasiosa. Contudo, nos anos 30, os EUA continuavam agonizantes, afundados na crise, com grandes défices orçamentais e um aumento incessante da dívida pública. Nesta situação de declínio económico é pouco provável que o governo norte-americano começasse a financiar a fundo perdido a União Soviética. A ideia do financiamento a fundo perdido à União Soviética nos anos 30 é tão fantasiosa como, digamos, a ideia de que o Ocidente irá hoje dar dinheiro à Ucrânia para recuperar a sua economia e restabelecer a ordem no país.

Numa das minhas conferências sobre a economia de Stáline, surgiu um participante com uma versão tão «*fresca*», que ainda não tinha passado pela cabeça de nenhum investigador da economia de Stáline adepto da teoria da conspiração. Na sua ideia a industrialização poderia ter sido paga por uma emissão suplementar (naturalmente secreta) da Reserva Federal. Fantástico!

Durante a última crise financeira de 2008-2009 foi descoberto de facto um caso destes: A Reserva Federal concedeu secretamente financiamentos, quase sem juros, aos maiores bancos de Wall Street e da City de Londres, no montante de 16 biliões de dólares. Mas a história foi revelada e até deu origem a uma auditoria parcial à Reserva Federal. Apurou-se que o dinheiro se destinou a salvar e reforçar aqueles bancos que constituem os principais accionistas da Reserva Federal.

Noto que nos anos 30 a «*impressora*» da Reserva Federal não podia rodar demasiado depressa, uma vez que a reserva de ouro constituía um limite, como mais tarde foram os certificados de ouro. A emissão de dinheiro estava «*amarrada*» a estas «*âncoras*». Além disso, é preciso ter em conta que, em 1930, a Reserva Federal tinha um comportamento muito mais modesto e prudente do que hoje, no século XXI. Apesar de tudo, durante o período do *New Deal*, os bancos foram fortemente pressionados. Assim, a referida versão só pode ser classificada como uma engenhosa fantasia.

XI

Valter Krivítski, o autor da versão dos «dólares falsos»

Existe ainda uma outra versão exótica sobre as fontes de financiamento da industrialização, a qual podemos designar de «*dólares falsos*». Esta versão surgiu ainda nos anos 30, no momento em que a industrialização estava no seu auge. A narrativa mais completa sobre os chamados «*dólares falsos de Stáline*» foi apresentada por Valter Krivítski, no seu livro de memórias *Eu Fui Agente de Stáline: Notas de um Espião Soviético*. Em primeiro lugar algumas palavras sobre o autor. Valter Guermanovitch Krivítski (verdadeiro nome, Guinzberg Samuil Guerchevitch, 28 de Junho de 1899 - 10 Fevereiro de 1941) foi uma figura dos órgãos de segurança do Estado, ocupou um alto cargo no Departamento Exterior do Ministério dos Assuntos Internos [INO-NKVD] e acabou como desertor. Em 1937, durante uma missão no estrangeiro optou por ficar no Ocidente. Viveu os últimos anos da sua vida nos EUA, onde escreveu as memórias. A referida história é contada no quarto capítulo do livro, sob o subtítulo «*Como Stáline fabricava dólares*». Por isso, a versão dos «*dólares falsos*» pode ser designada como a «*versão de Krivítski*».

A história resume-se ao facto de, no início dos anos 30, ter sido detectada uma grande quantidade de notas falsas, principalmente de cem dólares, primeiro em Berlim, um pouco mais tarde noutras cidades da Europa, e depois fora da Europa. Isto pode ser confirmado através da imprensa da época. O caso teve origem no banco *Sass & Martin*, através do qual transitaram grandes quantidades de dólares falsos. A investigação veio a apurar que o banco tinha mudado várias vezes de mãos, e que os seus últimos proprietários tinham alegadamente convicções socialistas ou comunistas. Surgiu então a suspeita de que o banco tivesse sido adquirido por testas-de-ferro de Moscovo. Supostamente os órgãos de segurança do Estado teriam montado uma produção em grande escala de notas falsas de elevada qualidade técnica, as quais eram legalizadas no Ocidente através da sua gente (a rede do *Komintern*) e sob o controlo de estruturas bancárias do tipo *Sass & Martin*. Krivítski afirma que toda a operação foi organizada para financiar as máquinas e equipamentos destinados à industrialização. Alguns pormenores astuciosos criam no leitor a ideia de que o principal organizador desta produção em massa de dólares falsos teria sido Stáline.

Assinalamos que a qualidade da contrafacção era de facto muito elevada e demorou algum tempo a ser detectada. Os falsários conseguiram pôr em circulação uma grande quantidade de notas falsas. Há estimativas que referem cerca de cem milhões de dólares.

Alguns comentários

Antes de mais é preciso sublinhar que o envolvimento de Moscovo ou do próprio Stáline neste caso não foi demonstrado até hoje.

Mas mesmo se a URSS tivesse de facto capacidade para imprimir e colocar em circulação cem milhões de dólares, este montante seria relativamente pequeno e não poderia resolver o problema do financiamento da industrialização em divisas.

Aliás, depois da I Guerra Mundial, o comércio mundial efectuava-se mediante transacções bancárias e não com dinheiro em espécie. Existia naturalmente um comércio de contrabando que se realizava com dinheiro e ouro, mas tal constituía uma raridade. Não se pode sequer imaginar o pagamento em espécie de fornecimentos de máquinas, equipamentos e fábricas inteiras. Nem sequer vale a pena perder tempo com explicações.

Apesar da alta qualidade da contrafacção das notas, dificilmente se poderia admitir que a falsificação não seria descoberta. A eficácia do dinheiro falso é inversamente proporcional à quantidade de valores colocados no mercado. Acresce que no final dos anos 20 início dos anos 30 havia uma grande quantidade de dólares falsos em circulação para os padrões da época.

Repito que a descoberta em 1930 de dólares falsos em vários países do mundo é assinalada por vários jornais e especialistas, não sendo possível confinar todos esses casos à versão de Krivítski. Segundo outras versões, por detrás destas operações estavam *gangsters* norte-americanos, grupos alemães do crime organizado e até criminosos georgianos. A.B. Martirossian refere que a polícia alemã, com a colaboração dos serviços soviéticos, conseguiu identificar membros de um grupo criminoso georgiano.

De resto, este autor refere ainda que esse grupo georgiano estava ao serviço de círculos anti-soviéticos ocidentais. Além de dólares falsos, também se dedicavam à contrafacção de notas soviéticas com o objectivo de minar o sistema financeiro da URSS. Martirossian acrescenta que os criminosos georgianos foram julgados na Alemanha e condenados a prisão.

Em conclusão queria sublinhar que o dinheiro falso é um meio muito usado nas guerras. Napoleão utilizou-o amplamente nas suas numerosas invasões. Quando entrou na Rússia em 1812 pôs em circulação rublos falsos. Durante a II Guerra, Hitler também usou notas falsas em grande escala, a par dos *reichsmark* especialmente emitidos para os territórios ocupados. Na URSS surgiu assim uma grande quantidade de rublos impressos em tipografias da Alemanha.

Recordo estes aspectos porque os «*críticos*» de Stáline gostam de citar Krivítski para o difamar. Mas admitamos que Stáline usou efectivamente dólares falsos. Não vejo aqui nada de censurável.

Nos anos 20, o Ocidente organizou um severo bloqueio contra a URSS. Além disso, a União Soviética estava sob a ameaça de uma nova intervenção militar. Ou seja estava a ser movida uma guerra não declarada contra a União Soviética. Por que razão Stáline não poderia utilizar nesta guerra a arma longamente testada do «*dinheiro falso*»? Ou será que devemos apoiar aqueles que já começam a censurar Stáline por ter oferecido uma firme resistência a Hitler, depois da invasão do território da URSS?

E quanto aos dólares hoje acumulado pelo Banco da Rússia, não serão eles falsos? Desde que o travão «*ouro*» foi retirado, há 40 anos, a impressora da Reserva Federal passou a funcionar a toda a velocidade. Ou seja, foi posto fim à convertibilidade do dólar em ouro e abolida a ligação das emissões às reservas de ouro norte-americanas. Hoje, «*as notas verdes*» da Reserva Federal não têm qualquer garantia.

Se pelo menos os EUA utilizassem estes dólares falsos para a industrialização. Mas qual, o seu potencial industrial desaparece a olhos vistos. Detroit, a capital da construção automóvel, transformou-se numa cidade-fantasma. Detroit, que no seu

tempo, ajudou a URSS a construir fábricas de automóveis, é hoje um símbolo da desindustrialização dos EUA. Os dólares falsos são utilizados exclusivamente para o consumo parasita dos EUA, bem como para pagar as aventuras militares do Washington em vários pontos do mundo.

Assim, se há motivo para discutir a questão dos «*dólares falsos*», não é seguramente a propósito da industrialização da URSS. Basta olhar à nossa volta para perceber que o mundo está inundado de «*dólares falsos*», o que constitui uma ameaça para toda a humanidade.

XII

A «*expropriação dos expropriadores*» ou a «*a segunda privatização*»

Resta ainda uma versão, que praticamente não é reflectida nos meios de informação de massas e na literatura histórica, segundo a qual a industrialização foi realizada à custa dos recursos roubados ao povo nos primeiros anos da revolução e levados para o estrangeiro pelos «*revolucionários fervorosos*». Alegadamente, nos anos 30, Stáline «*expropriou os revolucionários*», e com estes recursos em divisas teria financiado a industrialização.

Esta versão foi-me transmitida há mais de 30 anos por «*velhos*» comunistas que viveram, militaram e trabalharam nesses «*amaldiçoados*» anos 30. Nos «*estagnados*» anos 70 e 80, esta história só era sussurrada em círculos muito restritos. Essas pessoas há muito que nos deixaram. Mas a questão permanece. Talvez seja desse tempo que despertou em mim o grande interesse pelo tema das fontes de financiamento da industrialização da URSS. Não posso reproduzir esta história tal como me foi contada. Nem sequer me lembro de todos os pormenores. Encontrei uma única versão no artigo publicado na Internet da autoria de um certo Serguei Sukhoboka, com o título «*Nos bastidores da crise. O negócio escuro da industrialização*».³

É conhecido o *slogan* dos bolcheviques de «*expropriar os expropriadores*» nos primeiros anos da revolução. No entanto, com frequência, a «*expropriação*» efectuava-se não em benefício do «*Estado dos operários e camponeses*», mas em proveito pessoal ou em proveito de uma grupo extremamente pequeno de pessoas, entre quais estava a mais fina elite dos «*expropriadores*». Ou seja, não se verificava uma nacionalização dos bens, mas uma «*segunda privatização*».

O quadro mais completo desta «*segunda privatização*», nos primeiros anos do poder soviético, foi traçado por Igor Bunitch no livro *O Ouro do Partido*,⁴ onde é relatado um episódio de desvio de valores do Estado, ocorrido em 1921, que foram parar a contas de bolcheviques em bancos dos EUA e da Suíça. No entanto, também foram depositados montantes delapidados em bancos da Suécia, Grã-Bretanha e de outros países. Este processo de saída de riquezas continuou ainda alguns anos,

³ Este artigo está disponível em russo no endereço: <http://comments.ua/money/375011-kulisami-krizisov.html>.

⁴ Este livro está disponível em russo no endereço: <http://lib.ru/HIST/BUNICH/zoloto.txt>

abrandando no final de 1922, mas só terminou realmente em 1925, quando Stáline reforçou as suas posições no partido e no governo.

Já aqui abordei o tema da saída de ouro da Rússia (parte VI). Acrescento apenas alguns pormenores. O ouro saía da Rússia por vários canais e sob vários pretextos, como foi o caso do «*ouro das locomotivas*» e também o «*ouro do Komintern*».

O «*ouro das locomotivas*», como já referimos, foi para a Suécia supostamente para aquisição de máquinas para os caminhos-de-ferro da Rússia. (Não só a Rússia não recebeu todas as unidades estabelecidas no contrato, como os preços foram inflacionados). Este processo foi dirigido por Trótski, que entre outras funções assumiu o cargo de Comissário do Povo das Vias de Comunicação precisamente para tratar desta operação. Aliás, Trótski tinha vários canais para enviar ouro para o estrangeiro, cujo destino final eram os EUA, onde vivia o banqueiro Jivotovski,⁵ seu tio e parceiro de negócios, que o ajudava a converter o metal em divisas e a depositá-las em bancos norte-americanos.

O «*ouro do Komintern*» destinava-se teoricamente a apoiar a luta dos comunistas de outros países pela vitória da revolução socialista no mundo. Recordamos que em Março de 1919 se realizou em Moscovo um encontro de revolucionários de todo o mundo, no qual foi decido coordenar esforços para atear o incêndio da «*revolução mundial*». Foi assim criada a Internacional Comunista. Os bolcheviques russos prometeram aos seus camaradas não só apoio ideológico, mas também material. A verdade é que de longe nem todos recursos chegaram aos revolucionários de outros países (por vezes quase nada). O «*ouro do Komintern*» provinha das reservas do Comissariado das Finanças, bem como da «*caixa do partido*», que estava sobre controlo pessoal de Lénine. Quando a doença o obrigou a afastar-se da actividade, Zinoviev, que era a primeira figura do *Komintern*, passou a gerir os fundos.

As dimensões da saída de ouro da Rússia entre 1921 e 1922 podem ser avaliadas pelos dados recolhidos pelo investigador V. Chambarov:⁶

«*Em Estocolmo, Olof Aschberg [director de um banco sueco que colaborava activamente com os bolcheviques] propôs a todos os interessados “quantidades ilimitadas de ouro” através de bancos suecos. Era aqui que se fazia a “lavagem”. O ouro russo era depois expedido para outros países com novas marcas. O director do Palácio da Moeda sueco declarou que, entre 1 de Janeiro e 22 de Abril de 1922, tinham sido expedidas 70 toneladas de ouro. A maior parte seguiu para os EUA. Nessa altura o New York Times tituló na primeira página: “Dilúvio de ouro na câmara de toque,” afirmando que “em oito meses de 1921 os EUA importaram ouro no valor de 460 milhões de dólares. Destes, 102,9 milhões de dólares ficaram nos cofres de Kuhn, Loeb & Co (...) a câmara de toque não teve capacidade para verificar uma tão grande quantidade de ouro e parte dele foi enviado para S. Francisco».*

Dado que o preço do ouro rondava naquele tempo 20 dólares por onça, terão sido importadas 23 milhões de onças, ou seja, cerca de 715 toneladas de metal, das quais mais de cinco milhões de onças (160 toneladas) ficaram nos cofres do *Kuhn, Loeb & Co.*

⁵ Abram Lvovitch Jivotovski era irmão da mãe de Trótski. (N. Ed.)

⁶ O livro está disponível no endereço: <http://sborka.syno-ds.de/assets/files/cccr-demontage/shambarov-nashestvie.pdf>

Os conhecidos empresários Hammer (o pai Julios e o filho Armand) tiveram um papel importante na venda de valores roubados na Rússia. Os Hammer enviavam relíquias religiosas através de Talin, que era uma espécie de «*corredor verde*» para as operações de contrabando dos bolcheviques. Neste negócio participaram também Jivotovski (o tio banqueiro de Trótski), Aschberg (banqueiro sueco, presidente do *NIA-Bank*), Reilly (agente da contra-informação britânica) e vários outros agentes de serviços secretos. O historiador contemporâneo R. Spencer concluiu: «*Podemos dizer que a revolução russa deu aso à maior pilhagem da história. Milhões e milhões de dólares em ouro e outros valores desapareceram. Outros recursos e montantes em dinheiro foram transferidos secretamente para outras paragens. A tarefa de pessoas como Sidney Reilly e Julius Hammer era realizar tais transferências.*»⁷

A expropriação dos «*revolucionários fervorosos*»

Deste modo foram levadas para fora das fronteiras da Rússia enormes riquezas que haviam sido acumuladas ao longo de muitas décadas e mesmo séculos no império russo.

Na direcção do país, apenas algumas pessoas tinham uma informação completa sobre o quê e quanto, para onde foi e em que nome. Com probabilidade, neste grupo estavam Lénine, Dzerjinski, Trótski e Stáline. Os primeiros dois faleceram prematuramente e Trótski foi expulso do país em 1929. No início da industrialização Stáline poderia ser a única pessoa que possuía as listas. Stáline estava a par de muitas coisas já que, nos anos da transferência maciça de ouro, ocupava os importantes cargos de secretário-geral do CC do PCU(b) e do Comissariado do Povo da Inspeção Operária Camponesa. Este Comissariado do Povo era o principal órgão de controlo estatal, equivalente à actual Câmara de Contas, distinguindo-se no entanto pelos seus amplos plenos poderes. Stáline ocupou o cargo de comissário do povo da Inspeção entre 24 de Fevereiro de 1920 e 6 de Maio de 1922. Enquanto secretário-geral do partido, Stáline acompanhava a Comissão Central de Controlo do PCU(b), que mantinha uma estreita ligação com a Inspeção Operária e Camponesa. Assim, logo desde 1920, Stáline estava ao corrente de todas as operações financeiras secretas do partido, do Comissariado das Finanças, do Banco do Estado e da Tcheca.⁸ Assinale-se que no início da industrialização restavam ainda nas fileiras do partido muitos «*revolucionários fervorosos*» que dispunham de contas bancárias no estrangeiro.

Stáline estava bem informado sobre a existência de capitais no estrangeiro, mas não sabia tudo, nomeadamente as palavras-passe e os códigos que davam acesso às contas. Nos processos dos anos 30 contra a «*oposição*» no partido, muitas figuras foram acusadas de alta traição, de ligações à espionagem ocidental, etc. Estas acusações não eram infundadas, uma vez que a «*oposição*» no partido tinha de facto interesses particulares no Ocidente. Stáline foi pragmático. Precisava de «*neutralizar*» a oposição, que era ou podia tornar-se na quinta coluna no interior

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ *Tcheca*, acrónimo russo de Comissão Extraordinária de Toda a Rússia para o Combate à Contra-Revolução e à Sabotagem (*N. Ed.*)

da URSS. Stáline obteve dos acusados as palavras-passe e os códigos de acesso às contas bancárias no Ocidente prometendo conservar a vida aos «*revolucionários fervorosos*». Com raras excepções, a promessa não foi mantida.

A excepção maior foi Trótski, a quem foi permitido sair do país, levando consigo um enorme arquivo pessoal. Pelos vistos o resgate pela vida de Trótski terá sido de grande monta. Depois da obtenção da informação necessária, agentes soviéticos foram pessoalmente incumbidos por Stáline de se deslocarem ao estrangeiros e levantarem o dinheiro das contas bancárias secretas. Depois transferiram os fundos para as contas das companhias ocidentais que tinham encomendas da URSS. Martirossian, investigador da época de Stáline, ao abordar este assunto, considera que Stáline sabia alguma coisa, mas não tudo sobre as contas dos «*revolucionários fervorosos*». Por isso foram realizadas investigações permanentes com a ajuda dos serviços de informação para localizar o dinheiro e o ouro levados da Rússia no início dos anos 20.

*«Stáline (...) depois da morte de Lénine e até ao fim da sua vida conduziu a operação «Cruz», destinada a encontrar as riquezas roubadas à Rússia. Muito foi recuperado, mas uma grande parte, se não a maior, ficou para sempre no estrangeiro».*⁹

Martirossian afirma que as contas bancárias dos «*revolucionários fervorosos*» eram pessoais e não permitiam o acesso por portador legitimado. Ora, uma das exigências de Lénine era que as contas fossem acedidas por portador legitimado e por certo que assim foi inicialmente. Depois algumas terão sido transformadas em contas pessoais. Mas nem todos os «*revolucionários fervorosos*» puseram as contas em seu nome pessoal. Por isso Stáline conseguiu efectivamente recuperar uma parte do dinheiro.

Não é de excluir que na realização destas operações bancárias nos EUA, os nossos emissários tenham contado com a ajuda do omnipresente Armand Hammer. Inicialmente ele trabalhou com Lénine, Trótski, Zinóviev e outros, depois passou a colaborar com Stáline. Este é o mesmo Hammer que foi amigo pessoal de todos os dirigentes soviéticos, começando com Lénine e acabando em Gorbatchov. Para ele os negócios estavam sempre primeiro, as concepções políticas dos residentes do Krémliu pouco lhe interessavam. Em 1990 tive oportunidade de estar presente numa iniciativa no Krémliu, onde avistei Hammer com Gorbatchov: olhavam-se como amigos íntimos.

No artigo já aqui referido de Serguei Sukhobok são referidos vários números e factos relacionados com esta questão. Por exemplo, afirma-se que depois do assassinio de Trótski, foram encontrados 800 milhões de dólares (da época) em contas bancárias pertencentes a este «*revolucionário fervoroso*», nos bancos do México e dos EUA. Afirma-se também que em 1922 houve um grande escândalo no partido bolchevique quando a Inspecção Operária e Camponesa descobriu contas bancárias no estrangeiro em nome de Zinóviev no montante de 400 milhões de dólares. Diz-se ainda que, por intermédio de Hammer, foram transferidas da Rússia para os EUA riquezas equivalentes a um bilião de dólares actuais. Infelizmente o autor não fornece nenhuma fonte em que se tenha baseado para chegar estes números absolutamente desproporcionais.

⁹ http://publ.lib.ru/ARCHIVES/M/MARTIROSYAN_Arsen_Benikovich/_Martirosyan_A.B..html

No entanto, a questão permanece, dado que há suficientes indícios de que nos primeiros anos do poder soviético saíram do país grandes quantidades de ouro e outros valores. Há testemunhos de que estes valores estiveram na Suécia, América e Suíça. Mas por enquanto não se conhecem documentos que comprovem a sua recuperação pela URSS. É possível que existam. Muitos arquivos continuam fechados pela simples razão de que os seus materiais revelarão uma outra face desse período longínquo da nossa história. A imagem iconizada de alguns «*revolucionários fervorosos*» cairá por terra e, pelo contrário, iluminar-se-á a figura de Stáline enquanto verdadeiro líder do País.

XIII

A segunda industrialização da Rússia e o seu financiamento em divisas

Nesta série de artigos apenas esbocei esquematicamente a questão das fontes de financiamento da industrialização dos anos 30. Trata-se de um tema de grande actualidade uma vez que a economia da Rússia dos nossos dias chegou ao mesmo estado de letargia em que estava a economia da URSS nos meados dos anos 20. O potencial industrial da Rússia foi destruído, e precisamos de uma nova industrialização. Nesta parte final irei abordar alguns problemas actuais dessa segunda industrialização.

Felizmente que hoje dispomos da experiência da industrialização socialista, que temos o dever de utilizar. É possível realizar a industrialização numa década. Tudo depende da chamada «*vontade política*». Uma tal vontade só pode emanar de um líder político com uma orientação verdadeiramente nacional. Não o temos hoje, mas se esse líder surgir, então a experiência de Stáline pode dar-lhe uma inestimável ajuda.

Penso que na lista das tarefas prioritárias mais inadiáveis desse salvador da Rússia estará a industrialização. Coloca-se de imediato a questão das fontes de financiamento dessa industrialização. É impossível evitar grandes gastos em divisas. Lamentavelmente quase que já não temos produção própria de máquinas e equipamentos. Por isso muitos bens de investimento terão de ser importados.

Hoje dispomos dos seguintes recursos para financiar a segunda industrialização:

- As reservas em ouro do Banco da Rússia;
- As reservas de divisas dos nossos fundos soberanos (o Fundo de Reserva e o Fundo Nacional de Bem-estar);
- As receitas anuais das exportações, no montante de 600 mil milhões de dólares, com a particularidade de, nos últimos anos, a balança do comércio externo ter apresentado importantes saldos positivos.
- As centenas de milhares de dólares detidas por cidadãos e pessoas jurídicas russas no estrangeiro, em contas bancárias, em títulos, imobiliário, etc.

Controlo estatal dos recursos em divisas

Algumas fontes de divisas são apenas potenciais, uma vez que não é possível mobilizá-las de imediato para realizar a industrialização. Refiro-me em primeiro lugar às centenas de milhares de milhões de dólares em activos financeiros colocados ilegalmente em *offshore*. Fazê-los regressar à pátria será tão difícil como foi nos anos 30 recuperar o dinheiro e o ouro que os «*revolucionários fervorosos*» levaram para o estrangeiro depois da revolução. É possível que uma parte dos recursos evadidos do país pelos nossos oligarcas, funcionários corrompidos e outros cleptómanos semelhantes, ao longo dos últimos 20-25 anos, seja irrecuperável. Mas as reservas de ouro da Federação Russa, que se elevam a 500 mil milhões de dólares, e uma parte das receitas anuais das exportações seriam suficientes para se iniciar a segunda industrialização da Rússia.

Não podemos iludir-nos com os valores astronómicos das reservas e receitas em divisas actuais da Rússia. Por enquanto não passam de valores virtuais. Perante nós coloca-se a dupla tarefa de consolidar todos os recursos em divisas sob controlo do Estado e garantir a máxima eficácia na utilização dos recursos mobilizados. A primeira tarefa subdivide-se numa série de tarefas mais concretas. Pode parecer ao leitor que as reservas de ouro e divisas do país já são controladas por uma só instituição do Estado, o Banco da Rússia (Banco Central da Federação Russa). Mas há um paradoxo desagradável relacionado com as nossas reservas em divisas.

Por um lado, estas reservas representam o resultado financeiro da actividade da nossa economia, de todo o nosso povo. Por outro lado, estatutariamente o Banco da Rússia não se inclui na categoria dos órgãos de administração do Estado, age com independência em relação Estado e até pode agir em detrimento dos interesses do Estado. Para isso tem a cobertura da Constituição e da lei federal do Banco Central da Federação Russa, bastando-lhe evocar quaisquer nebulosos argumentos sobre a necessidade de manter a estabilidade do rublo, do seu valor cambial, dos preços, etc. Assim, a primeiríssima condição para o êxito da segunda industrialização é o estabelecimento de um controlo real do Estado sobre o Banco da Rússia, transformando-o numa instituição nacional, incumbida de financiar a industrialização com os necessários montantes em rublos e divisas.

A necessidade realizar a segunda industrialização na Rússia é admitida por muitos economistas de bom senso, que enumeram determinadas condições indispensáveis à sua realização. Essas condições são, em primeiro lugar, a intensificação do papel do Estado na vida económica do País, o reforço do princípio da centralização na direcção da economia, a passagem para a planificação de médio prazo, a reorientação do Banco da Rússia para o financiamento do sector da economia real, o regresso a um sistema bancário unificado, etc. Infelizmente, por qualquer razão, quase nunca referem que na categoria dessas condições primordiais também se deve incluir o monopólio do Estado sobre o comércio externo e sobre as divisas. Sem estes dois tipos de monopólio estatal a industrialização de Stáline não teria podido realizar-se.

O monopólio do Estado sobre o comércio externo

Hoje, nos meios de comunicação e na literatura económica é raro falar-se no monopólio do Estado sobre o comércio externo (MECE), e quando se refere é quase sempre em sentido negativo. A maioria dos manuais de economia incutem nos estudantes as ideias do liberalismo, e esse monopólio é o mais vivo antípoda do liberalismo económico. Eis um exemplo dessa visão liberal contida nos manuais de relações económicas internacionais: *«A história do desenvolvimento do monopólio do Estado comprova que, como qualquer monopólio, se trata de um meio extremamente irracional de regular a economia; nele floresce a corrupção, o paternalismo combinado com uma extrema ineficiência do sistema de regulação»*. Para além disto, o manual não dá qualquer explicação inteligível do que é o MECE.

Uma explicação clara do que é o MECE só pode ser encontrada na Grande Enciclopédia Soviética, onde se lê: *«O monopólio estatal do comércio externo é a concentração nas mãos do Estado da direcção de todo o comércio externo do país»*.

Em prol do rigor, deve-se reconhecer que a presença do Estado na esfera do comércio externo, e em geral na esfera das relações económicas, já existia no capitalismo. O capitalismo representa um modelo económico de sociedade, no qual as relações económicas externas desempenham necessariamente um papel particular. Na etapa de implantação, o capitalismo precisa da protecção dos concorrentes estrangeiros, por isso o Estado prossegue uma política de protecção, fechando o mercado interno com a ajuda de taxas alfandegárias. Na fase de reforço das posições do capitalismo e da sua expansão para fora das fronteiras nacionais, o Estado ajuda as companhias nacionais a conquistar os mercados externos, bem como as fontes de matérias-primas baratas, por via da concessão de benefícios fiscais, subsídios à exportação e outros mecanismos económicos. Em caso de necessidade recorre à força, enviando os seus vasos militares para as costas dos países conquistados pelo capital. O capitalismo *«maduro»* simplesmente não tem condições para sobreviver dentro dos limites das fronteiras nacionais, devido à contradição insuperável entre a acumulação de capital e a limitação do poder de compra solvente do mercado interno. Resumindo, o Estado sempre se imiscuiu no comércio externo, e por vezes mesmo na esfera das operações em divisas. Logo na alvorada do capitalismo europeu surgiu a *«escola dos mercantilistas»*, que atribuía ao Estado um papel relevante no comércio externo. No entanto, o Estado nunca procurou substituir o capital privado no domínio das relações económicas externas, limitando-se a regula-las e a apoiar o capital privado nacional.

As duas funções fundamentais do monopólio estatal sobre o comércio externo

O estabelecimento do monopólio estatal no domínio do comércio externo, efectuado estabelecido pelos bolcheviques pouco depois da revolução de 1917 (decreto do Conselho de Comissários do Povo de 22 de Abril de 1918), não tinha precedentes históricos. O Estado tornou-se o único e exclusivo agente nas relações

económicas e comerciais externas, intervindo como mediador e «*amortecedor*» entre os actores da economia interna e as companhias estrangeiras. Grosso modo, o MECE tem duas funções: a) protecionista; b) construtiva.

A *função protecionista* consistia na defesa da economia nacional da URSS da anarquia do mercado capitalista mundial, da expansão económica dos monopólios ocidentais e de diversos tipos de diversão por parte dos estados imperialistas.

Refira-se que cerca de uma década após a URSS ter implantado o MECE, deflagrou em todo o mundo uma severa crise económica. Mesmo os países mais ricos (EUA e Grã-Bretanha) sofreram duramente com esta crise, a qual, aliás, não conseguiram superar totalmente até ao início da II Guerra Mundial. Antes da revolução, também a Rússia passou por várias crises, à semelhança dos países ocidentais, donde soprava o vento para o interior das nossas fronteiras. Graças ao MECE, a economia da URSS não deu quaisquer sinais de crise nem em 1929 nem nos anos subsequentes. Durante o período em que vigorou o MECE na URSS (cerca de 70 anos) sucederam-se várias crises no mundo, nas graças ao «*amortecedor*» do MECE nenhuma delas pôde influenciar de forma determinante a economia soviética.

A necessidade da protecção da economia soviética decorria do facto de o mercado mundial ser dominado por monopólios gigantes. O pequeno e médio negócio nunca foi competitivo nos mercados internacionais. Mesmo empresas soviéticas relativamente grandes pareciam pigmeus ao lado dos monopólios ocidentais e estavam à partida condenadas ao comércio desigual no plano externo. Já nem falo das inúmeras diversões contra a economia da URSS. Mas mais uma vez, graças ao «*amortecedor*» do MECE, estas diversões nunca tiveram o efeito pretendido pelos seus organizadores.

A *função construtiva* consistia na subordinação do comércio externo à resolução das tarefas da construção socialista, ao cumprimento dos planos de desenvolvimento da economia da URSS com a eficácia máxima. Já depois da II Guerra Mundial, quando surgiu uma série de países socialistas, criando o campo socialista, o MECE tornou-se um importante instrumento de integração socialista internacional. Além disso, graças ao MECE, a União Soviética pôde prestar uma ajuda efectiva aos países em desenvolvimento (terceiro mundo), que enveredaram pela via de desenvolvimento não capitalista.

Condições do funcionamento eficaz do MECE

Para estabelecer o monopólio estatal do comércio externo não basta aprovar um decreto. A legislação pode ser muito justa e não ser cumprida por ninguém. Aliás, cabe reconhecer que nos primeiros anos da introdução do MECE pelos bolcheviques se verificaram inúmeras violações à lei. Sublinho isto em particular porque alguns patriotas e políticos defendem a introdução imediata na Rússia «*democrática*» do monopólio estatal do comércio externo. Receio que neste caso se esteja a pôr «*a carroça à frente dos bois*».

São pois necessárias três condições para introduzir o MECE:

1. O poder político deve estar nas mãos de forças que efectivamente estão empenhadas na criação de um Estado forte e independente. Além disso estas forças

devem visar um modelo social e económico totalmente alheio ao capitalismo, uma vez que o monopólio estatal do comércio externo é incompatível com o capitalismo.

2. A grande indústria precisa de estar socializada, tal como os transportes e o sistema bancário, ou seja, as principais alavancas da economia nacional devem estar nas mãos das forças políticas atrás referidas.

3. O MECE deve ser complementado obrigatoriamente pelo monopólio estatal das divisas.

Os bolcheviques (nomeadamente Stáline) compreendiam perfeitamente a importância destas condições. Por isso, embora detivessem o poder político desde 1917, a socialização da grande indústria, dos transportes e do sistema bancário exigiu um certo tempo. Em paralelo com a criação do sistema de MECE, os bolcheviques levaram cabo a nacionalização das empresas controladas pelo capital privado, incluindo estrangeiro. O processo de socialização foi concluído no essencial em finais dos anos 20, princípios dos anos 30, momento em que se iniciou a industrialização na URSS.

O monopólio estatal das divisas

O monopólio estatal das divisas (MED) consiste simplesmente, em primeiro lugar, na concentração nas mãos do Estado de todas as divisas e valores equiparados (sobretudo o ouro), e em segundo lugar na realização pelo Estado de todos os pagamentos internacionais.

O MED também desempenha as funções protecionista e construtiva e é igualmente uma espécie de «*amortecedor*» que protege o sistema monetário-creditício do país em relação ao sistema monetário internacional (SMI). Por que razão é necessária esta protecção? Porque o SMI repercute a anarquia do capitalismo (e as suas crises). Além disso, o Ocidente podia utilizar os canais do SMI para conduzir uma acção de sabotagem contra a URSS.

O MED tem uma importante função construtiva. Garantiu a utilização mais eficiente dos recursos em divisas do país com vista à realização dos planos de desenvolvimento da economia nacional da URSS. Esta função construtiva manifestou-se com mais evidência nos anos da industrialização, quando o Estado socialista, apesar de dispor de recursos em divisas muito limitados, conseguiu assegurar a importação de uma grande quantidade de máquinas e equipamentos. Graças ao MED, as organizações soviéticas de comércio externo, mesmo no auge da crise dos anos 30, cumpriram pontualmente as suas obrigações financeiras para com as empresas ocidentais.

O monopólio estatal das divisas só se formou plenamente na URSS em 1928, quando foram totalmente proibidas as operações em divisas por parte pessoas físicas e jurídicas. Um pouco mais tarde até se proibiu a posse de divisas, excepto em certos casos definidos por lei. As empresas e organizações que operavam na exportação e importação convertiam os rublos nominais em divisas ou, inversamente, convertiam as divisas recebidas em rublos, segundo os câmbios fixados. Na contabilidade das empresas soviéticas apenas se utilizava o rublo.

O Banco para o Comércio Externo (*Vnechtorbank*) era o principal agente do Estado Soviético na realização das funções do MED. Financiava o comércio externo,

efectuava os pagamentos internacionais, bem como as operações em divisas, ouro e outros metais preciosos. O *Vnechtorbank* tinha como missão assegurar o monopólio do Estado das divisas, estabelecido no decreto da Nacionalização do Comércio Externo, aprovado pelo Conselho de Comissários do Povo da RSFSR em 22 de Abril de 1918. Formalmente o *Vnechtorbank* apresentava-se como um banco accionista, mas na realidade o seu único accionista era o Banco do Estado da URSS (*Gosbank*). O presidente do *Vnechtorbank* era em simultâneo vice-presidente do *Gosbank*. As vantagens do MED revelaram-se sobretudo nos anos 30, num contexto de incessantes falências declaradas no Ocidente por parte de bancos, companhias e até Estados. Lá as empresas morriam, enquanto no nosso país a industrialização fazia nascer novas fábricas e empresas. Entre 1929 e 1940 foram construídas cerca de nove mil empresas. Este milagre da industrialização socialista seria impensável sem o monopólio estatal no domínio das relações económicas internacionais.

P.S. Alguns leitores, a julgar pelos comentários que fizeram a esta série de artigos, esperavam que lhes revelasse a fórmula definitiva e imaculada da industrialização, ou seja, que apresentasse o orçamento exacto da industrialização de Stáline com todas as rubricas e respectivas fontes de financiamento. Reconheço que não pude chegar a essa fórmula da industrialização. Tentei apenas com o exemplo da nossa industrialização demonstrar que mesmo acontecimentos relativamente recentes da nossa história nem sempre são evidentes e unívocos, e que nem sempre se pode confiar nas fórmulas estampadas nos manuais. Além disso espero ter contribuído para incentivar os leitores a aprofundarem a «equação da industrialização». É provável que ninguém consiga chegar a uma fórmula irrepreensível. Mas no processo de investigação, tenho a certeza que cada um fará muitas descobertas interessantes.